

# SISTEMAS Y MARCOS NACIONALES DE CUALIFICACIONES – PARTE FINAL

**E**n esta edición, *Linha Direta* publica la última parte del artículo *Sistemas y marcos nacionales de cualificaciones*, que, en los últimos meses, buscó presentar y discutir las principales diferencias y similitudes entre ambos los conceptos. Vea.

En concreto, algunos artículos o libros atribuyen al Marco Nacional de Cualificaciones (MNC), formulado en estos términos o similares, “fomentar la calidad en la oferta de formación y educación”, o “integrar la Educación Técnico Profesional y la Educación Superior”, o “modernizar algún aspecto del sistema de educación y formación”, o, incluso, “definir y planificar los objetivos de inversión pública en materia de educación y formación”, o servir “como mecanismo para medir el rendimiento de este sistema”.

Atribuir al MNC éstos u objetivos similares es, sencillamente, ignorar su naturaleza y sus funciones y confundirlas, básicamente, con las del Sistema Nacional de Cualificaciones Profesionales (SNCP). El MNC ni fomenta ni deja de fomentar la calidad en la oferta de formación y educación, pues una escala de niveles de cualificación (que es lo que constituye un MNC) no tiene nada que ver con la calidad de la oferta formativa o educativa. Aún menos le corresponde inte-

grar la Educación Técnico Profesional y la Educación Superior, pues el MNC no es un mecanismo integrador, sino una estructura formal de ordenación y de clasificación de niveles de cualificación; y mucho menos le corresponde modernizar algún aspecto de la formación y educación (el MNC ni moderniza, ni deja de modernizar la formación y la educación; ello es un objetivo que escapa a su naturaleza y funciones).

Finalmente, al atribuir al MNC la capacidad de definir y planificar objetivos de inversión pública en educación y formación, se está confundiendo al MNC con una administración pública; y, al considerarlo como un mecanismo para medir el rendimiento del sistema, se lo está confundiendo con un sistema de evaluación.

Ciertamente, esta confusión entre SNCP y MNC está todavía vigente en algunos países y – lo que es más grave – en la concepción que de ambas entidades tienen algunos responsables en las administraciones encargadas de gestionar la política de cualificaciones y formación profesional. En fin, dado que esta confusión o equívoco empieza a ser cada vez más frecuente, tal vez convendría realizar una reflexión pausada sobre el mismo, a fin de evitar su reiteración. ■

# SISTEMAS E MARCOS NACIONAIS DE QUALIFICAÇÕES – PARTE FINAL

©DJA/Arte123/istockphoto

**N**esta edição, a *Linha Direta* publica a última parte do artigo *Sistemas e marcos nacionais de qualificações*, que, nos últimos meses, buscou apresentar e discutir as principais diferenças e similaridades entre ambos os conceitos. Confira.

Concretamente, alguns artigos ou livros atribuem ao Marco Nacional de Qualificações (MNC, na sigla em espanhol), formulado nestes termos ou em termos similares, “fomentar a qualidade na oferta de formação e educação”, ou “integrar a Educação Técnico-Profissional e a Educação Superior”, ou “modernizar alguns aspectos do sistema de educação e formação”, ou, inclusive, “definir e planejar os objetivos de investimento público em matéria de educação e formação”, ou ainda servir “como mecanismo para medir o rendimento deste sistema”.

Atribuir ao MNC esses objetivos ou objetivos similares é, simplesmente, ignorar sua natureza e suas funções e confundi-las, basicamente, com as do Sistema Nacional de Qualificações Profissionais (SNCP, na sigla em espanhol). O MNC nem fomenta nem deixa de fomentar a qualidade na oferta de formação e educação, pois uma escala de níveis de qualificação (que é o que constitui o MNC) não tem nada a ver com a qualidade de oferta educativa

ou de formação. Ainda menos lhe corresponde integrar a Educação Técnico-Profissional e a Educação Superior, pois o MNC não é um mecanismo integrador, e sim uma estrutura formal de ordenação e classificação de níveis de qualificação; e muito menos é de sua competência modernizar algum aspecto da formação e da educação (o MNC nem moderniza nem deixa de modernizar a formação e a educação; esse é um objetivo que foge a sua natureza e suas funções).

Finalmente, ao atribuir ao MNC a capacidade de definir e planejar objetivos de investimento público em educação e formação, faz-se uma confusão entre o MNC e a administração pública; e, ao considerá-lo como um mecanismo para medir o rendimento do sistema, ele se confunde com um sistema de avaliação.

Certamente, essa confusão entre SNCP e MNC está ainda vigente em alguns países e – o que é mais grave – na concepção de que ambas as entidades têm alguns responsáveis nas administrações encarregadas de gerir a política de qualificações e formação profissional. Enfim, dado que essa confusão ou equívoco começa a ser cada vez mais frequente, talvez seja conveniente realizar uma reflexão pausada sobre o tema, com a finalidade de evitar que tal equívoco se reitere. ■

**Francisco de Asís**  
Miembro del equipo asesor del programa EUROSociAL // Membro da equipe assessora do programa EUROSociAL